



UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR – UCSAL
BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO

GUSTAVO MACHADO QUEIROZ DE OLIVEIRA

**ESTRATÉGIAS DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA
PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS EM CENÁRIO DE JUROS ELEVADOS**

Salvador

2025

GUSTAVO MACHADO QUEIROZ DE OLIVEIRA

**ESTRATÉGIAS DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA
PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS EM CENÁRIO DE JUROS ELEVADOS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Católica de Salvador, como parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel em Administração.

Orientadora: Profa. Lea Maria Bomfim Andrade Medeiros

SALVADOR

2025

GUSTAVO MACHADO QUEIROZ DE OLIVEIRA

**ESTRATÉGIAS DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA
PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS EM CENÁRIO DE JUROS ELEVADOS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Católica de Salvador, como parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel em Administração.

Salvador, 28 de outubro de 2025.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Lea Maria Bomfim Andrade Medeiros
Afiliações

Prof. (Nome do professor avaliador)
Afiliações

Prof. (Nome do professor avaliador)
Afiliações

ESTRATÉGIAS DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS EM CENÁRIO DE JUROS ELEVADOS

Gustavo Machado Queiroz de Oliveira¹

RESUMO

O presente trabalho analisa como o ciclo de altas taxas de juros impacta o acesso ao crédito por micro, pequenas e médias empresas (PMEs) no Brasil. Partindo da dificuldade crescente dessas empresas em obter financiamento em um cenário de política monetária restritiva, o estudo investiga de que forma diferentes instrumentos — crédito bancário tradicional, antecipação de recebíveis, consórcio e programas governamentais, especialmente o Pronampe — influenciam a gestão financeira e o fluxo de caixa. A pesquisa utilizou revisão bibliográfica, relatórios do Banco Central e comparação entre modalidades de crédito. Os resultados indicam que a elevação dos juros aumentou os custos e a seletividade bancária, afetando principalmente empresas de menor porte. Observa-se ainda que alternativas como conta garantida e antecipação de recebíveis ampliam a liquidez, mas podem comprometer margens quando usadas continuamente. Conclui-se que não há modalidade ideal, mas a necessidade de uma combinação estratégica de instrumentos, sendo programas públicos como o Pronampe essenciais para reduzir desigualdades de acesso em períodos adversos.

Palavras-chave: Crédito; Juros; Micro e pequenas empresas; Financiamento; Políticas públicas.

1 INTRODUÇÃO

Uma pesquisa recente realizada pela Serasa Experian, primeira e maior datatech do Brasil, mostra que quase metade das pequenas e médias empresas, 48,84%, teve dificuldade para acessar alguma linha de crédito (SERASA EXPERIAN, 2023). Embora sejam essenciais para a economia do país e contribuam de maneira significativa para a criação de empregos e renda, essas organizações enfrentam, historicamente, dificuldades para conseguir recursos em condições que viabilizem seu crescimento e sustentabilidade. Esses desafios se tornam ainda mais evidentes durante períodos de altas taxas de juros, quando o custo do capital aumenta e a flexibilidade financeira das empresas diminui consideravelmente. Nesse sentido, Assaf Neto (2003, p. 118) ressalta que “o mercado de crédito visa suprir necessidades de caixa de curto e longo prazos dos vários agentes econômicos, seja por meio da concessão de crédito às pessoas físicas ou empréstimos e financiamentos às empresas” .

A relevância desse tema reside no impacto direto que as condições de crédito exercem sobre a competitividade das Pequenas e Médias Empresas (PMEs).

¹ Aluno do 8º semestre do Curso de Administração da Universidade Católica de Salvador
Contato: Gustavomachado.oliveira@ucsal.edu.br

Quando os recursos se tornam mais caros ou escassos, muitas empresas acabam restringindo investimentos, adiando projetos de expansão ou até mesmo correndo o risco de interromper suas operações. Gitman (2001) acrescenta que os bancos constituem uma das principais fontes de financiamento de curto prazo, destacando que “o principal tipo de financiamento feito por bancos para negócios é o financiamento a curto prazo, autoliquidável”. Nesse contexto, é essencial compreender como essas instituições podem adotar estratégias mais eficazes para a captação de recursos, empregando alternativas financeiras que atendam às suas necessidades de liquidez sem comprometer de forma significativa sua estabilidade financeira.

O objetivo geral deste estudo é analisar e comparar as estratégias de captação de recursos utilizadas por pequenas e médias empresas brasileiras em cenários de altas taxas de juros. Para atingir esse propósito, estabelecem-se como objetivos específicos: identificar os principais desafios enfrentados por essas empresas na obtenção de recursos; avaliar os prós e contras das alternativas disponíveis, como financiamento bancário, conta garantida, consórcio e antecipação de recebíveis; examinar os efeitos que esses instrumentos exercem sobre a sustentabilidade financeira das organizações e analisar o impacto dessas estratégias no fluxo de caixa das PMEs.

Para atingir os objetivos estabelecidos, a presente pesquisa possui uma natureza qualitativa e exploratória, uma vez que busca compreender de forma aprofundada como o ciclo de altas taxas de juros afeta o acesso ao crédito por micro, pequenas e médias empresas (PMEs) no Brasil, sem a pretensão de esgotar o tema ou oferecer respostas definitivas. Os procedimentos adotados foram fundamentados em Revisão bibliográfica, com base em livros, artigos acadêmicos e publicações de especialistas em finanças empresariais e políticas de crédito; Análise documental, utilizando relatórios e dados oficiais de instituições como Banco Central do Brasil, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Ministério da Fazenda e estudo comparativo, no qual foram avaliadas diferentes modalidades de crédito. A abordagem metodológica utilizada foi de caráter comparativo e descritivo, buscando identificar as vantagens e limitações

de cada modalidade, bem como seus efeitos sobre a sustentabilidade financeira e o fluxo de caixa das PMEs.

Diante desse cenário, surge a questão norteadora deste estudo: Qual é a melhor estratégia para pequenas e médias empresas brasileiras captarem recursos de forma eficiente em períodos de altas taxas de juros, assegurando liquidez e sustentabilidade financeira?

2 CONTEXTUALIZAÇÃO ECONÔMICA E SETORIAL DAS PMES NO BRASIL

As micro, pequenas e médias empresas (PMEs) formam o nervo periférico da economia brasileira: representam a maioria dos negócios formais, contribuem significativamente para o Produto Interno Bruto e são responsáveis pela maior parte da criação líquida de empregos formais. Informações do SEBRAE indicam que as micro e pequenas empresas (MPE) foram responsáveis pela maior parte da criação de vagas em 2023. Além disso, elas representam cerca de 27% do Produto Interno Bruto (PIB) em valor adicionado e lideram a geração de empregos formais em diversos setores, especialmente no comércio e serviços. Os pequenos negócios constituem 97% do total de empresas no país e são responsáveis por 26,5% do PIB nacional (SEBRAE, 2025).

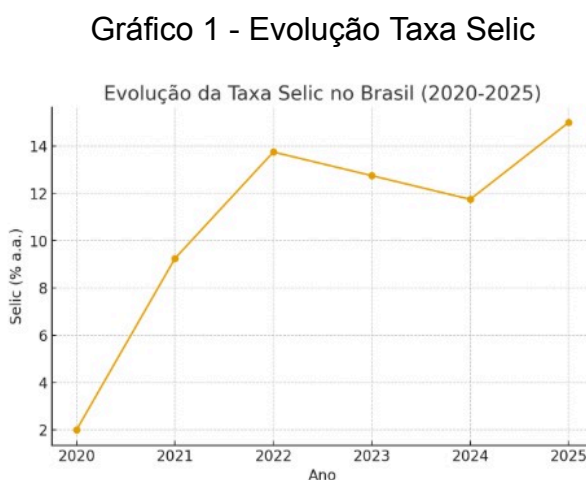
No entanto, esse papel estrutural não impede que as PMEs sejam particularmente suscetíveis a choques macroeconômicos. De acordo com Gropelli e Nikbakht (2006, p. 294), “os negócios enquadram-se no financiamento de curto prazo para cobrir deficiências de fundos, quando as entradas de caixa são insuficientes para cobrir os aumentos repentinos de despesas”, o que evidencia a dificuldade enfrentada pelas PMEs em períodos de restrição de crédito, especialmente em relação às taxas de juros, à inflação e à disponibilidade de crédito. A pandemia de Covid-19 causou um choque inicial em 2020, que evidenciou essa vulnerabilidade: a redução da atividade econômica e as limitações à mobilidade diminuíram as receitas, comprimiram o capital de giro e intensificaram as demandas por financiamento de curtíssimo prazo.

O IBGE registrou uma queda do produto em 2020, com revisões estatísticas subsequentes indicando uma retração variando entre aproximadamente -4,1% e -3,3%, dependendo dos diferentes releases e revisões. Isso reflete a gravidade do choque econômico que as PMEs tiveram que enfrentar. Durante a emergência, o

governo e o sistema financeiro estabeleceram linhas temporárias de suporte, como o Pronampe, linhas do BNDES e programas emergenciais geridos por bancos públicos e privados, que serviram como uma “almofada” de liquidez para diversos pequenos empreendimentos, embora na maior parte das vezes com um caráter provisório.

De acordo com o relatório de inflação do Banco Central do Brasil (2022, p. 84-85), a partir de meados de 2021 os choques de demanda ganharam importância no aumento da inflação, ao mesmo tempo em que choques de oferta internacionais, como energia, cadeias logísticas e frete, pressionaram os preços. Esse cenário rompeu ancoragens e levou à adoção de um novo regime de política monetária. O índice oficial de inflação do Brasil (IPCA) anual ilustra bem essa trajetória: 2020 encerrou em 4,52%, 2021 explodiu para 10,06%, 2022 ficou em 5,79%, 2023 convergiu para algo em torno de 4,62%, e 2024 fechou em 4,83% (IBGE, 2025). Esse padrão, pico em 2021 e, em seguida, estabilização em níveis ainda superiores ao centro da meta em determinados momentos, foi o fator técnico que justificou a mudança da política monetária, que era inicialmente acomodatória.

A política monetária reagiu aumentando a taxa Selic de níveis historicamente baixos (2,00% ao ano no final de 2020) para patamares consideravelmente mais altos durante o biênio 2023-2025. O Comitê de Política Monetária (Copom) manteve a Selic em 2,00% até o final de 2020. Em 2021, começou-se um ciclo de aperto que resultou em aumentos mais significativos. Por exemplo, decisões que levaram a 12,25% ao ano no final de 2024 e novos ajustes em 2025, com elevações para 14,25% em março de 2025 e manutenção em torno de 15,00% em reuniões posteriores, conforme ilustra o gráfico 1 a seguir, extraído do site do Banco Central.

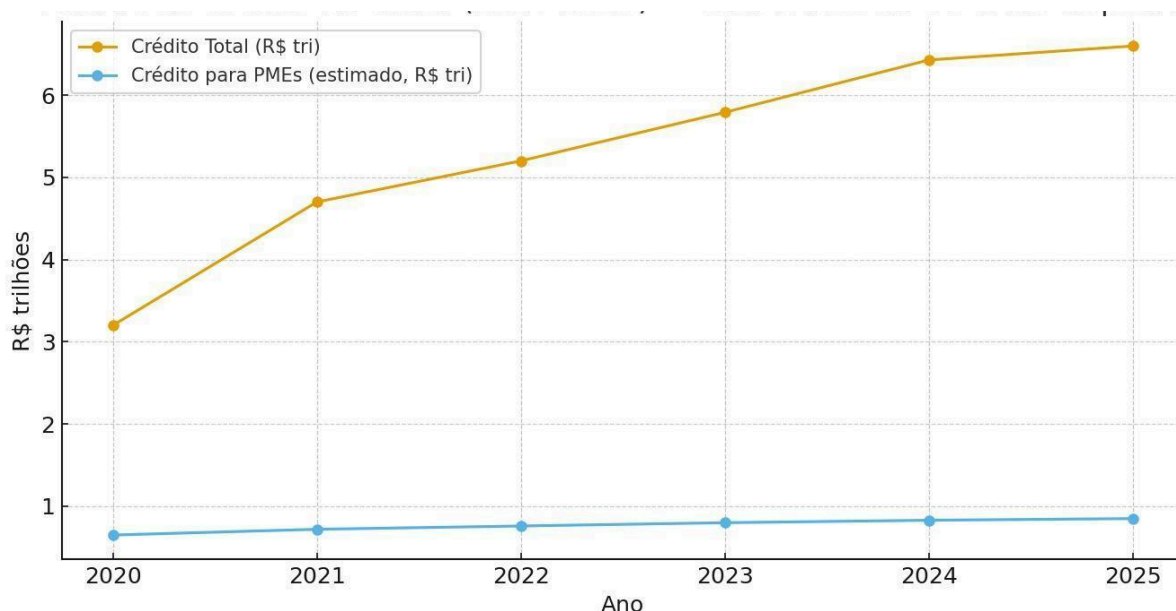


Fonte: Banco Central do Brasil, 2025

Essa rápida e significativa elevação alterou o custo do capital para todas as empresas, porém com um impacto desproporcional nas PMEs, que possuem menor capacidade de acessar os mercados de capitais ou emitir dívidas em condições vantajosas. O impacto econômico imediato desse ciclo de juros foi o aumento do custo do crédito. Conforme dados do Banco Central (2025), mesmo que o estoque total de crédito tenha continuado a crescer em termos nominais, o saldo das operações de crédito atingiu cerca de R\$ 6,4 trilhões em 2024, representando aproximadamente 54,4% do PIB, e a estrutura e o custo dessas operações mudaram: a taxa média das concessões totais permaneceu alta, com o crédito livre para empresas e, principalmente, modalidades de curto prazo, sofrendo aumentos significativos de prêmio. Ao mesmo tempo, o spread e os critérios de avaliação (garantias, exigência documental, análise de fluxo) tornaram-se mais rígidos, gerando maior seletividade na concessão, sobretudo para tomadores sem histórico ou garantias robustas, característica típica de muitas PMEs.

Em contrapartida, a demanda por crédito mesmo com cenário de juros mais alto aumentou em comparação a fase de menor taxa de juros como retrata esse gráfico 2.

Gráfico 2 - Volume de Crédito no Brasil (2020 - 2025)



Fonte: gerado por ChatGPT, em 23/08/2025

Legenda: Os dados utilizados no gráfico foram retirados do site do Banco Central do Brasil, 2025.

Esse cenário destaca a importância de conduzir uma investigação sistemática sobre como as PMEs têm empregado as diversas formas de captação de recursos e quais efeitos essas decisões têm na sua capacidade de manter operações e planejar o crescimento. De acordo com Gropelli e Nikbakht (2006, p. 294), “a meta é captar fundos temporariamente, em antecipação a futuras entradas de caixa, que permitirão à empresa pagar a dívida”, destacando a importância de fontes de curto prazo para a sobrevivência.

3 PRINCIPAIS MODALIDADES DE CRÉDITO PARA MICRO, PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS

As PMEs constituem um setor que depende fortemente de crédito bancário para sustentar suas atividades, financiar investimentos e, principalmente, garantir liquidez em situações de instabilidade econômica. Segundo uma pesquisa da Agência SEBRAE (2024), em 2023, os pequenos negócios atingiram o maior índice de concessão de crédito desde 2020. Isso demonstra não só um aumento na demanda, mas também um maior êxito nas solicitações de financiamento junto ao sistema bancário. Esse dado ressalta a relevância do crédito como ferramenta de sobrevivência e crescimento para esse público, especialmente em um cenário macroeconômico marcado por elevadas taxas de juros e seletividade no acesso a fundos.

O crédito empresarial pode ser utilizado para diversas finalidades, desde atender às demandas imediatas de capital de giro até a compra de máquinas, veículos ou outros bens de capital que aumentam a capacidade produtiva. O SEBRAE (2024) aponta que as principais razões pelas quais as PMEs buscam crédito são: 1) capital de giro, 2) compra de máquinas e equipamentos, e 3) investimento em reformas e modernização. Essa hierarquia de metas espelha a realidade de empresas que, muitas vezes, trabalham com margens reduzidas e necessitam equilibrar o curto e o longo prazo em sua estratégia financeira.

3.1 Objetivos do crédito nas PMEs

A análise do perfil de demanda mostra que o crédito varia entre os pequenos negócios. De acordo com um estudo da Agência SEBRAE (2024), aproximadamente

49% das empresas que solicitaram empréstimos em 2023 o fizeram para capital de giro, ou seja, para cobrir despesas regulares, como salários, pagamentos a fornecedores e contas operacionais. Em segundo lugar, 31% utilizaram crédito para comprar máquinas, equipamentos e veículos, mostrando que estão focados em aumentar a produtividade e expandir. Enquanto 7% mencionaram outras finalidades, 13% destinaram recursos para reformas e modernização de instalações.

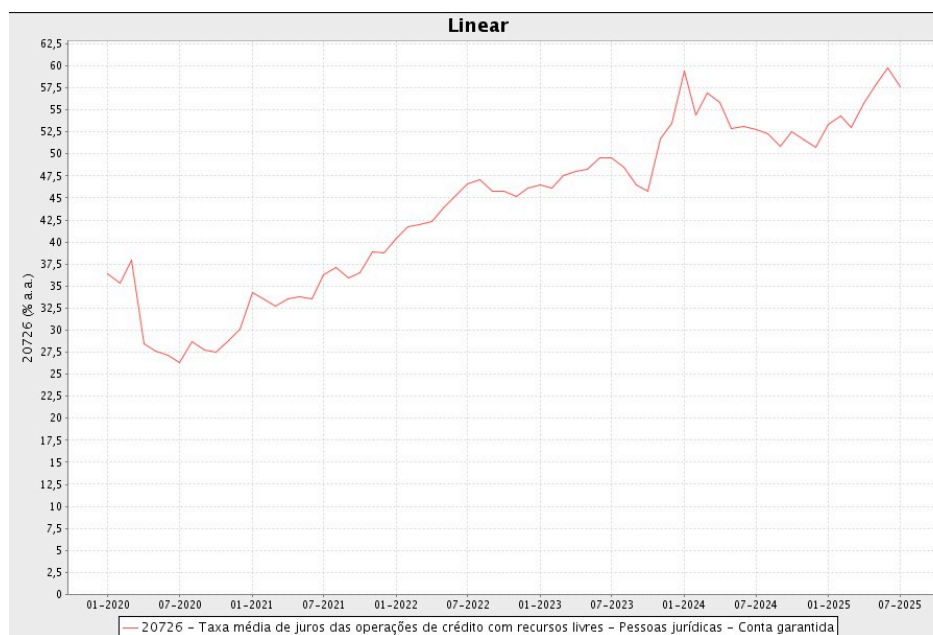
Esse perfil demonstra que o crédito, além de amortecer desequilíbrios de caixa, também é ferramenta de investimento. Contudo, a predominância do capital de giro como objetivo central reforça a vulnerabilidade das PMEs a oscilações de receita e custo de financiamento, especialmente em períodos de política monetária restritiva.

3.2 Principais modalidades de crédito

3.2.1 Conta Garantida

O Banco Central classifica a conta garantida como “operações de crédito vinculadas à conta corrente de pessoas jurídicas, associadas à utilização de limite de crédito pré-estabelecido” (GLOSSÁRIO BCB, 2025, p. 4). A conta garantida é uma linha de crédito rotativa que proporciona ampla flexibilidade de uso. Gropelli e Nikbakht (2006) afirmam que esse recurso é essencialmente de curto prazo e sua principal função é suprir necessidades temporárias de caixa, possibilitando que a empresa continue suas operações em situações de emergência. Opera como um limite pré-aprovado, disponível para cobrir eventuais faltas de dinheiro em caixa. No entanto, o custo desse crédito é alto: as taxas seguem a Selic, somada aos spreads bancários, e são aplicadas somente sobre o saldo utilizado (Banco Central do Brasil, 2025). Por sua flexibilidade e rapidez, a conta garantida é bastante utilizada por PMEs em situações emergenciais, mas seu uso contínuo pode comprometer a saúde financeira pela incidência de juros compostos em prazos curtos. O Gráfico 3 abaixo indica a evolução da taxa de juros cobrada na modalidade conta garantida.

Gráfico 3 - Evolução da taxa de juros cobrada pela conta garantida



Fonte: Sistema de Informações de Crédito (SCR) do Banco Central, 2025.

A evolução apresentada no Gráfico 3 evidencia de forma clara como o ciclo recente de aperto monetário ampliou o custo desse tipo de operação. A partir de 2021, observa-se um movimento consistente de alta das taxas, acompanhando a elevação da Selic e o aumento dos spreads bancários, o que encareceu significativamente o uso da conta garantida. Esse comportamento é particularmente relevante para as PMEs, que costumam recorrer a esse instrumento em momentos de desequilíbrio de caixa ou urgência operacional.

À medida que os juros se elevaram, a conta garantida deixou de representar apenas uma solução rápida para eventuais faltas de liquidez e passou a impor um peso financeiro crescente sobre os negócios, especialmente quando utilizada de forma recorrente. Esse encarecimento reduz a margem operacional das empresas, aumenta a pressão sobre o fluxo de caixa e limita sua capacidade de investir ou até mesmo de manter níveis saudáveis de capital de giro.

3.2.2 Financiamentos de Investimento

O financiamento bancário convencional de longo prazo, particularmente o oferecido por instituições públicas de fomento, como o BNDES, permanece sendo uma ferramenta essencial para a aquisição de bens, expansão da produção e

investimento em projetos. Segundo Gitman (2001), esse tipo de crédito proporciona maior previsibilidade em relação aos prazos e parcelas, o que facilita o planejamento financeiro das empresas. De acordo com o Relatório de Economia Bancária (Banco Central do Brasil, 2023), a participação do crédito direcionado no estoque total de crédito para pessoas jurídicas tem se mantido ou até aumentado, em parte devido às operações com entidades como o BNDES. Pesquisas do SEBRAE (2023) e da Confederação Nacional das Indústrias (CNI, 2024) indicam que a exigência de garantias reais continua sendo um obstáculo significativo para muitas PMEs, que não possuem ativos suficientes e acabam enfrentando condições desfavoráveis.

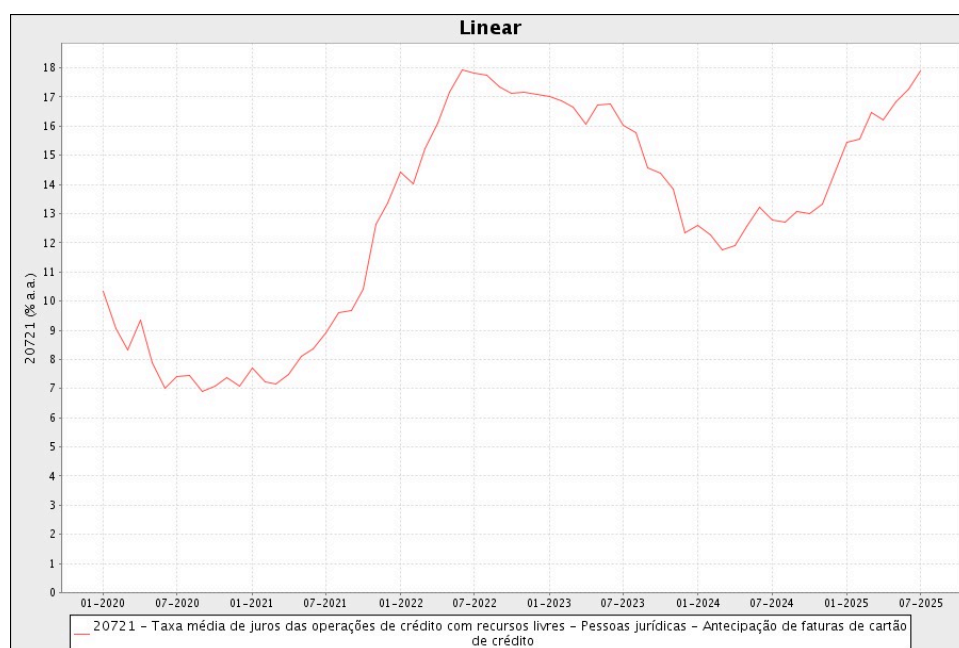
Nesse meio tempo, o volume de financiamentos do BNDES para micro, pequenas e médias empresas tem aumentado. No período de janeiro a novembro de 2024, foram aprovados R\$80,1 bilhões em crédito para esse setor, em comparação com R\$54,8 bilhões no mesmo intervalo de 2023, um crescimento aproximado de 46%. Segundo a Agência de Notícias BNDES Ademais, o Relatório Anual Integrado do BNDES indica que, em 2024, os desembolsos atingiram R\$133,7 bilhões, com as MPMEs recebendo cerca de 48% desse montante. Esses dados mostram que, mesmo em um cenário de altas taxas de juros e elevados custos de captação, o financiamento público tem desempenhado um papel importante na mitigação dos impactos negativos nos investimentos das PMEs.

3.2.3 Antecipação de Recebíveis

Para muitas PMEs, a antecipação de recebíveis representa uma opção de liquidez imediata, por meio de contratos de cessão de direitos de crédito, como duplicatas, notas fiscais, boletos ou recebíveis de cartão de crédito. Segundo um estudo da Serasa Experian (2024), 45% das PMEs veem a taxa de juros dessa modalidade como uma vantagem em relação a outras opções, 43% mencionam a melhoria no fluxo de caixa, 40% ressaltam que o acesso ao recurso não acarreta endividamento extra, e 38% apreciam a simplicidade do processo. Estimativas indicam que o setor de antecipação de recebíveis de cartões pode proporcionar às pequenas e médias empresas um crédito anual de R\$ 30,7 bilhões, levando em conta taxas de garantia em torno de 1% ao mês em fintechs, em contraste com taxas bancárias médias de aproximadamente 1,47% (SERASA EXPERIAN, 2023). O Banco Central passou a considerar as operações de antecipação de recebíveis em

suas estatísticas de crédito, devido ao seu crescimento e importância, especialmente por meio de credenciadoras que funcionam como tomadoras (BCB, 2023). Embora haja benefícios, o alto custo do desconto, taxas, IOF e a questão da dependência representam limitações significativas. Em um contexto de altas taxas de juros, apesar de essa opção proporcionar um acesso imediato mais vantajoso, ela ainda implica um trade-off entre custo e sustentabilidade financeira. O Gráfico 4 abaixo mostra a relação média de juros da operação.

Gráfico 4 - Taxa média de juros das operações de crédito com recursos livres



Fonte: Sistema de Informações de Crédito (SCR) do Banco Central, 2025.

O Gráfico 4 evidencia que, apesar de sua popularidade e facilidade de acesso, a antecipação de recebíveis tornou-se progressivamente mais cara nos últimos anos. A elevação das taxas médias da operação acompanha o movimento de alta da Selic e o encarecimento geral do crédito no período analisado. Isso indica que, embora a modalidade continue sendo uma fonte rápida de liquidez, seu custo passou a exercer pressão crescente sobre a rentabilidade das PMEs.

3.2.4 Crédito via Consórcio

Em cenários de altas taxas de juros, o consórcio empresarial surge como uma opção estratégica para pequenas e médias empresas, sendo particularmente vantajoso para investimentos em bens duráveis sem a necessidade de pagar juros

explícitos. As informações da Associação Brasileira de Administradoras de Consórcios (ABAC) mostram que, em fevereiro de 2025, o número total de consorciados ativos superou 11,4 milhões, representando um aumento de aproximadamente 9,3% em comparação com o mesmo mês de 2024. No primeiro quadrimestre de 2025, foram comercializadas 1,61 milhão de cotas, um volume 19,3% superior ao registrado em 2024. Além disso, as transações comerciais totalizaram R\$141,19 bilhões, representando um aumento de 29,9%. Mesmo que a modalidade inclua uma taxa de administração e limitações de liquidez — já que a contemplação depende de sorteio ou lance — ela oferece previsibilidade, menor exigência de garantias reais e um custo financeiro total geralmente inferior ao de financiamentos com juros elevados. Para PMEs que não têm urgência de uso do bem, ou dispõem de planejamento financeiro sólido, o consórcio pode ser alternativa eficiente de investimento produtivo ou expansão de ativos.

3.2.5 Linhas Especiais – Pronampe e Programas Governamentais

O Pronampe (Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte), criado em 2020 e posteriormente tornado permanente, constitui uma das principais inovações recentes na política de crédito para PMEs. Com garantias compartilhadas e taxas mais acessíveis, o programa ampliou a capacidade de obtenção de recursos, com saldo de contratações superior a R\$200 bilhões até 2024 (Ministério da Fazenda, 2024). Apesar disso, o acesso ainda depende de relacionamento bancário e análise de risco.

4 AVALIAÇÃO DE CUSTOS, RISCOS E ACESSIBILIDADE DAS MODALIDADES DE CRÉDITO

Embora o acesso ao crédito seja essencial para a sobrevivência e crescimento das PMEs, as condições, riscos e custos não são uniformes. As diversas opções disponíveis no mercado, como conta garantida, financiamentos, antecipação de recebíveis, consórcios e programas especiais como o Pronampe, oferecem benefícios e desvantagens que devem ser analisados de acordo com as demandas específicas de cada empresa. De acordo com o BCB (2025), as taxas médias de juros para empresas em 2024 oscilaram de 28,7% ao ano em crédito livre

a 8,5% ao ano em linhas direcionadas, indicando uma grande variação nos custos. Essa variação destaca a relevância de entender comparativamente as opções disponíveis, a fim de ajustar a escolha do crédito ao perfil de risco e aos objetivos do negócio.

4.1 Critérios de comparação

Para fins de análise, as modalidades são comparadas a partir dos seguintes eixos:

- Custo financeiro (taxa de juros, encargos, spreads);
- Prazo e flexibilidade (curto, médio ou longo prazo, carência);
- Garantias exigidas (colaterais, histórico de crédito, FGTS/Pronampe);
- Finalidade típica (capital de giro, investimento, modernização);
- Acessibilidade para PMEs (facilidade de contratação, burocracia, documentação).

4.2 Comparação das modalidades

Através do Quadro 1, está indicado as principais modalidades de crédito para as PMEs, mostrando os eixos de comparação para uma possível escolha de modalidade de crédito.

Quadro 1 - Comparação entre as modalidades de crédito para PME's

Modalidade	Custo Médio	Prazo	Garantias	Finalidade Principal	Acessibilidade	Risco Principal
Conta garantida	~30% a.a.	Curto prazo	Relacionamento bancário	Emergencial (giro)	Média	Endividamento recorrente
Financiamentos	10 – 25% a.a.	Médio / longo prazo	Colateral / avalista	Investimento e expansão	Média / baixa	Inadimplência de longo prazo
Antecipação de recebíveis	2–5% ao mês	Imediato	Próprio recebível	Giro/fluxo de caixa	Alta	Redução de margens
Consórcio	Taxa adm. 15–20%	Longo prazo	Nenhuma	Aquisição planejada	Alta	Demora na contemplação

Modalidade	Custo Médio	Prazo	Garantias	Finalidade Principal	Acessibilidade	Risco Principal
Pronampe/ Linhas Especiais	Selic+6% a.a.	Até 48 meses	FGO parcial	Giro e investimento	Média – baixa	Limitação de recursos públicos

Fonte: Elaborada pelo autor, 2025.

A partir da análise do Quadro 01, a conta garantida se apresenta como um modelo útil como “colchão” de liquidez, mas financeiramente insustentável como solução de longo prazo. Já os financiamentos de investimento, podem ser essenciais para expansão e modernização, mas exigem planejamento e formalização. A antecipação de recebíveis se mostra muito eficaz para as PMEs, quando se trata de equilibrar o fluxo de caixa, porém se tornam onerosas a longo prazo. Outra modalidade seriam os consórcios, que se mostram uma ferramenta de planejamento de longo prazo, mas pouco útil para urgências. Por último, o que parece ser a modalidade mais vantajosa para as PMEs, o Pronampe e Linhas especiais, acabam sendo limitados pela disponibilidade orçamentária e os critérios de enquadramento.

5 SÍNTESE E PERSPECTIVAS SOBRE O ACESSO AO CRÉDITO PELAS PMES BRASILEIRAS

O presente estudo buscou examinar e comparar as estratégias de captação de recursos empregadas por PMEs brasileiras em contextos de juros elevados, com o objetivo de identificar as principais modalidades utilizadas, suas vantagens, limitações e os efeitos dessas escolhas sobre a sustentabilidade financeira e o fluxo de caixa.

A análise evidenciou que o acesso ao crédito permanece como um dos principais obstáculos enfrentados pelas PMEs, especialmente em períodos de política monetária restritiva. A elevação da taxa Selic para patamares próximos a 15% ao ano entre 2023 e 2025 (Banco Central do Brasil, 2025) aumentou o custo do capital, encareceu as formas tradicionais de financiamento e elevou a seletividade bancária. Esse cenário reforçou a vulnerabilidade das empresas de menor porte,

que dispõem de baixa capacidade de acessar o mercado de capitais e, por isso, dependem quase exclusivamente do crédito bancário e de instrumentos alternativos.

Os resultados mostraram que a conta garantida se destaca pela rapidez e flexibilidade, mas seu custo médio acima de 30% ao ano a torna inviável como estratégia recorrente, sendo mais adequada como ferramenta emergencial. Já os financiamentos de investimento são fundamentais para expansão produtiva, especialmente por meio de instituições públicas como o BNDES, que desembolsou R\$133,7 bilhões em 2024, dos quais quase metade foi destinada às MPMEs (BNDES, 2024). Contudo, garantias reais exigidas e entraves burocráticos continuam limitando o acesso de muitas empresas.

A antecipação de recebíveis apareceu como alternativa relevante para liquidez imediata. Embora ofereça agilidade e simplicidade operacional, suas taxas mensais entre 2% e 5% (Banco Central do Brasil, 2025) tornam-se custosas em uso contínuo, gerando um trade-off entre alívio de caixa e perda de margem futura. O consórcio empresarial, por sua vez, mostrou-se vantajoso em períodos de juros elevados por eliminar custo financeiro direto, restringindo-se à taxa de administração. Ainda assim, a incerteza da contemplação limita seu uso para necessidades urgentes, apesar do crescimento de 1,61 milhão de novas cotas apenas no primeiro quadrimestre de 2025 (ABAC, 2025).

Por fim, os programas governamentais, especialmente o Pronampe, consolidaram-se como as alternativas mais acessíveis e financeiramente vantajosas, com taxas de Selic + 6% a.a., prazos extensos e menor exigência de garantias por meio do FGO. O montante contratado, que ultrapassou R\$200 bilhões até 2024 (Ministério da Fazenda, 2024), demonstra a relevância dessas políticas para a manutenção da liquidez e incentivo ao investimento das PMEs.

Os resultados deste estudo permitem concluir que a escolha do instrumento de captação deve ser orientada por três eixos estruturantes: a capacidade financeira e operacional da empresa, o propósito específico da tomada de recursos e as condições macroeconômicas vigentes, especialmente o nível da taxa de juros e o comportamento dos spreads. Em ciclos de Selic elevada, modalidades emergenciais como conta garantida e antecipação de recebíveis tornam-se significativamente mais onerosas, ampliando o risco financeiro e demandando uso pontual e rigorosamente controlado. Em contrapartida, financiamentos estruturados, linhas de investimento e programas governamentais, ainda que exijam maior preparo documental, oferecem

maior previsibilidade, menor volatilidade de custos e contribuem para a preservação da saúde financeira no médio e longo prazo.

Nesse sentido, a conclusão deste trabalho representa a resposta direta aos objetivos propostos na investigação, ao demonstrar que a eficácia da captação de recursos por PMEs não decorre da adoção isolada de uma modalidade específica, mas da capacidade de compor uma estratégia financeira integrada que considere custo total, prazo, risco, impacto sobre o fluxo de caixa e aderência ao contexto econômico. Do mesmo modo, o desfecho aqui apresentado conecta-se à questão que motivou a pesquisa, evidenciando que, em cenários de juros elevados, a sustentabilidade das pequenas e médias empresas depende não apenas do acesso ao crédito, mas sobretudo da escolha criteriosa dos instrumentos disponíveis e do alinhamento entre objetivo da operação e momento macroeconômico.

Assim, demonstra-se que uma gestão financeira madura, apoiada em análise rigorosa, planejamento e uso estratégico das ferramentas de crédito, é determinante para que a captação de recursos contribua de fato para o fortalecimento, a resiliência e o crescimento das PMEs brasileiras. Esse entendimento reforça o papel central de políticas públicas, sistemas de garantias e mecanismos alternativos de financiamento na construção de um ambiente mais inclusivo e eficiente para o desenvolvimento empresarial no país

RÉFERÊNCIAS

- AGÊNCIA BRASIL. Copom mantém juros básicos da economia em 15% ao ano. Brasília: EBC, 2025. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2025-07/copom-mantem-juros-basicos-da-economia-em-15-ao-ano>. Acesso em: 14 set. 2025.
- AGÊNCIA BRASIL. Crédito do BNDES para micro, pequenas e médias empresas sobe 46% no ano. Brasília: Agência Brasil, 16 dez. 2024. Disponível em: <https://agenciadenoticias.bndes.gov.br/pequenos-negocios/Apoio-do-BNDES-a-micro-pequenas-e-medias-empresas-cresceu-46-em-2024/>. Acesso em: 20 set. 2025.
- ASSAF NETO, Alexandre. Mercado financeiro. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ADMINISTRADORAS DE CONSÓRCIOS (ABAC). Consórcio atinge recorde de 11,4 milhões de participantes. São Paulo: DINO / Mundo Corporativo, 13 maio 2025. Disponível em: <https://www.em.com.br/mundo-corporativo/2025/05/7145161-consorcio-atinge-record-e-de-114-milhoes-de-participantes.html>. Acesso em: 20 set. 2025.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ADMINISTRADORAS DE CONSÓRCIOS (ABAC). Consórcios têm crescimento recorde no País neste ano. São Paulo: ABAC / UOL, 23 jun. 2025. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2025/06/23/consorcios-tem-crescimento-recorde-no-pais-no-primeiro-quadrimestre-do-ano.htm>. Acesso em: 20 set. 2025.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ADMINISTRADORAS DE CONSÓRCIOS (ABAC). Negócios com consórcios passam R\$200 bi e adesões 2,5 mi. Belo Horizonte: EM, ago. 2024. Disponível em: <https://www.em.com.br/mundo-corporativo/2024/08/6929051-negocios-com-consorcios-passam-rs-200-bi-e-adesoes-2-5-mi.html>. Acesso em: 20 set. 2025.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ADMINISTRADORAS DE CONSÓRCIOS (ABAC). Sistema de consórcios em abril/2025: dados econômicos. São Paulo: ABAC, 2025. Disponível em: <https://blog.abac.org.br/drops-de-mercado/sistema-de-consorcios-em-abril-2025-dados-economicos>. Acesso em: 20 set. 2025.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ADMINISTRADORAS DE CONSÓRCIOS (ABAC). Sistema de Consórcios em agosto de 2024: crescimento acumulado e desempenho setorial. São Paulo: ABAC, 2024. Disponível em: <https://abac.org.br/imprensa/press-releases-detalle%26id%3D406>. Acesso em: 20 set. 2025.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. Concessões de crédito com recursos livres — pessoas jurídicas — antecipação de faturas de cartão de crédito. Rio de Janeiro: BCB-Depec, série “dados abertos”. Disponível em: <https://dadosabertos.bcb.gov.br/dataset/20638-concessoes-de-credito-com-recursos-livres---pessoas-juridicas---antecipacao-de-faturas-de-car> ... Acesso em: 20 set. 2025.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Estatísticas monetárias e de crédito: julho de 2025. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/content/estatisticas/hist_estatisticasmonetariascredito/202507_Texto_de_estatisticas_monetarias_e_de_credito.pdf. Acesso em: 14 set. 2025.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Glossário. Gov.br, [2025]. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/meubc/glossario>. Acesso em: 30 set. 2025.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Histórico de taxas de juros (Selic). Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/historicotaxasjuros>. Acesso em: 14 set. 2025.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Relatório de Economia Bancária 2023. Brasília: BCB, 2023. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/content/publicacoes/relatorioeconomiabancaria/reb2023p.pdf>. Acesso em: 20 set. 2025.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (BNDES). Relatório Anual Integrado do BNDES apresenta resultados e impactos de sua atuação em 2024. Rio de Janeiro: BNDES, 19 mar. 2025. Disponível em: <https://blogdodesenvolvimento.bndes.gov.br/blogdodesenvolvimento/detalhe/Relatorio-Anual-Integrado-do-BNDES-apresenta-resultados-e-impactos-de-sua-atuacao-em-2024/>. Acesso em: 20 set. 2025.

BNDES. Cartão BNDES. Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/cartao-bndes>. Acesso em: 14 set. 2025.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA (CNI). Acesso ao crédito e garantias para pequenas empresas. Brasília: CNI, 2024. Disponível em: <https://www.portaldaindustria.com.br/>. Acesso em: 20 set. 2025.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1989.

GITMAN, Lawrence J. Princípios de administração financeira. 2. ed. São Paulo: Bookman, 2001.

GITMAN, Lawrence J. Princípios de administração financeira. 7. ed. São Paulo: Harbra, 2001.

GROPELLI, Angelo A.; NIKBAKHT, Ehsan. Administração financeira. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

RAUPP, Fabiano Maury; BEUREN, Ilse Maria (Org.). Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade. São Paulo: Atlas, 2003.

SEBRAE. Pequenos negócios acessam apenas 20% do mercado de crédito brasileiro. Agência SEBRAE de Notícias, 2025. Disponível em: <https://agenciaSEBRAE.com.br/economia-e-politica/pequenos-negocios-acessam- apenas-20-do-mercado-de-credito-brasileiro/>. Acesso em: 14 set. 2025.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (SEBRAE). Relatório de acesso a crédito pelas PMEs brasileiras. Brasília: SEBRAE, 2023. Disponível em: <https://www.SEBRAE.com.br/>. Acesso em: 20 set. 2025.

SERASA EXPERIAN. Inadimplência das empresas atinge recorde de 7,1 milhões em janeiro de 2025. São Paulo, 2025. Disponível em: <https://www.serasaexperian.com.br/sala-de-imprensa/estudos-e-pesquisas/inadimplencia-das-empresas-atinge-recorde-de-71-milhoes-em-janeiro-revela-serasa-experian/>. Acesso em: 14 set. 2025.

SERASA EXPERIAN. Recebíveis: 45% das PMEs acreditam que taxa de juros é principal vantagem da modalidade, diz pesquisa inédita da Serasa Experian. São Paulo: Serasa Experian, 2024. Disponível em: <https://www.serasaexperian.com.br/sala-de-imprensa/pmes/recebiveis-45-das-pmes-acreditam-que-taxa-de-juros-e-principal-vantagem-da-modalidade-diz-pesquisa-in> Acesso em: 20 set. 2025.

SERASA EXPERIAN. Recebíveis: PMEs podem ser beneficiadas com até R\$ 30,7 bilhões em crédito, estima Serasa Experian. São Paulo: Serasa Experian, 2023. Disponível em: <https://www.serasaexperian.com.br/sala-de-imprensa/pmes/recebiveis-pmes-podem-ser-beneficiadas-com-ate-r-307-bilhoes-em-credito-estima-serasa-experian/>. Acesso em: 20 set. 2025.